



# Resolução de Questões

## Direito Tributário

**André Portella**

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL  
AUDITOR FISCAL

PFN 2006, 2007, 2012  
AUDITOR FISCAL 2012

# Estrutura Geral das Resoluções

**Direito Tributário: 72 questões**

# **Estrutura dos Módulos**

**Módulo I: Tributo e Competência Tributária (16 Q.)**

**Módulo II: Princípios, Imunidade e Legislação Tributária (15 Q.)**

**Módulo III: Regra-Matriz, Obrigação Tributária (13 Q.)**

**Módulo IV: Crédito Tributário (07 Q.)**

**Módulo V: Administração Tributária e Dívida Ativa (08 Q.)**

**Módulo VI: Processo Administrativo e Processo Judicial Tributário (13 Q.)**

## Módulo IV: 07 Questões

1. Lançamento Tributário (02 questões)
2. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário (05 questões)

# LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

## 02 QUESTÕES

# Lançamento Tributário

Definição: CTN, art. 142.

“Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.”



# Lançamento Tributário

\* Relevância para definição do termo inicial da prescrição do crédito tributário:



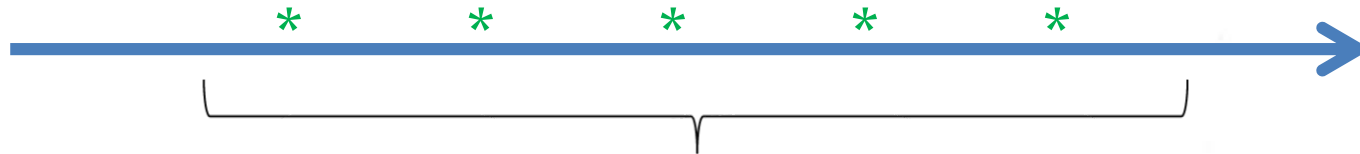
**a) Eficácia declaratória: termo inicial – fato gerador**

**b) Eficácia constitutiva: termo inicial – lançamento**

# Lançamento Tributário



**Lançamento Ato**



**Lançamento Procedimento**

# Lançamento Tributário

**Elementos a serem verificados por meio do lançamento**

- 1. verificar a ocorrência do fato gerador;**
- 2. determinar a matéria tributável (a questão do planejamento tributário);**
- 3. calcular o montante do tributo devido;**
- 4. identificar o sujeito passivo; e**
- 5. propor a aplicação da penalidade cabível.**

# Lançamento Tributário

5. O lançamento no tempo: reporta-se à data do fato gerador e é regido pela lei então vigente



# Lançamento Tributário

**\* Exceções: lei nova que venha a**

**a) instituir novos critério de apuração e  
fiscalização;**

**b) ampliar os poderes da Administração;**

**c) Outorgar ao crédito tributário maiores  
garantias, exceto para estabelecer  
responsabilidade sobre terceiros**

# Lançamento Tributário

\* Exceções:



## ESAF – PFN 2007

18. Verifique a veracidade dos assertos abaixo e, em seguida, marque com V as proposições verdadeiras, e com F as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha, na mesma seqüência, a resposta correta.

( ) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento do imposto de exportação far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da expedição da fatura pelo exportador.

**CTN, Art. 143. Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.**



( ) O lançamento **leva em consideração** a legislação vigente na data em que lavrado pela autoridade competente, e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

\* CTN, Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

( ) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

**CTN, Art. 146. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.**

- a) F, F, V
- b) V, F, V
- c) V, V, F
- d) V, V, V
- e) F, F, F

## ESAF – AUDITOR FISCAL 2012

39. Sobre a relação entre obrigação e crédito tributário, assinale a opção incorreta.

# Definição de Crédito Tributário

## 1. Perspectivas de definição

1.1. Perspectiva subjetiva: é o direito do sujeito passivo de exigir o pagamento do tributo



# Definição de Crédito Tributário

1.2. Perspectiva objetiva: é o objeto da obrigação tributária (prestação de dar, conduta humana), ou o objeto da prestação (quantia monetária)



# Definição de Crédito Tributário

**2. CTN, Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta**

**2.1. A “obrigação acessória” seria uma obrigação sem crédito?**

**2.2. Crédito tributário quanto às multas tributárias**

## ESAF – AUDITOR FISCAL 2012

39. Sobre a relação entre obrigação e crédito tributário, assinale a opção incorreta.

a) A relação tributária é uma relação obrigacional cujo conteúdo é uma prestação pecuniária, em que num dos polos está o devedor, e no outro o credor. Obrigação e crédito pressupõem um e outro.

**\* Doutrina: obrigação do devedor, crédito do credor**



b) A obrigação, quando surge, já se estabelece em favor do sujeito ativo (a ela corresponde o crédito e vice-versa). Quando o CTN diz do surgimento da obrigação com o crédito tributário, e da constituição do crédito com o lançamento, quis na verdade referir-se ao crédito formalizado, certo, líquido e oponível ao sujeito passivo.

**CTN, Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.**

**Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento...**

c) Embora obrigação e crédito sejam, no direito privado, dois aspectos da mesma relação, o direito tributário houve por bem distinguí-los: a obrigação como um primeiro momento na relação tributária, de conteúdo e sujeito passivo ainda não determinados e formalmente identificados; o crédito como um segundo momento na mesma relação, que surge com o lançamento.

**\* CTN, art. 139 c/c art. 142**

d) De acordo com o CTN, o lançamento possui natureza **constitutiva da obrigação tributária, e declaratória do respectivo crédito tributário.**

e) À obrigação tributária corresponde o direito de proceder- se ao lançamento.

# SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

## 05 QUESTÕES

# Suspensão do Crédito Tributário

## Efeitos:

1. sobrestar o prazo de prescrição
2. impedir a aplicação de sanções
3. plena regularidade

# Suspensão do Crédito Tributário

## Ineficácia:

1. não suspende a decadência
2. não impede a correção monetária
3. não impede a realização de deveres formais

# Suspensão do Crédito Tributário

## Modalidades:

1. Moratória
2. Parcelamento
3. Depósito do montante integral
4. Impugnações e recursos administrativos
5. Liminar em MS
6. Liminar ou antecipação de tutela em outras ações (LC 104/2001)

# Extinção do Crédito Tributário

## Modalidades

1. Pagamento	7. Consignação
2. Compensação (LC 104/2000)	8. Conversão do depósito em renda
3. Transação	9. Pagamento antecipado e homologação do lançamento
4. Remissão	10. Decisão Administrativa
5. Decadência	11. Decisão Judicial
6. Prescrição	12. Dação em pagamento (LC 104/2000)



# Exclusão do Crédito Tributário

1. Isenção
2. Anistia

## ESAF – PFN 2012

32. A Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009, trouxe, dentre outras providências, medidas de estímulo para o cumprimento de obrigações tributárias em atraso por parte dos contribuintes. Sobre tais medidas, é incorreto afirmar que:

**\* Lei n. 11.941/2009: Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica...**

a) em alguns casos, são previstas reduções das multas de mora, de ofício e isoladas, bem como dos juros de mora e do encargo legal cabíveis, em percentuais a serem aplicados de forma **diretamente** proporcional aos prazos, em meses, escolhidos pelo contribuinte para pagamento ou parcelamento de seus débitos.

\* Lei 11.941/2009, art. 1º, §3º

b) buscou-se estimular o encerramento de litígios judiciais e administrativos, decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e os oriundos da aquisição de matérias primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não-tributados, mediante condições especiais de pagamento dos débitos questionados.

**\* Lei 11.941/2009, art. 1º, §1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive os que foram indevidamente aproveitados na apuração do IPI referidos no caput deste artigo.**

c) concedeu-se remissão de dívidas tributárias, nos termos do art. 172 do Código Tributário Nacional, de temporalidade elevada e valores não significativos, considerados de difícil recuperação, em homenagem ao princípio constitucional da eficiência.

**\* Lei 11.941/2009, Art. 14. Ficam remitidos os débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa que, em 31 de dezembro de 2007, estejam vencidos há 5 (cinco) anos ou mais e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**

d) com a criação do Regime Tributário de Transição – RTT, objetivou-se neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelo de harmonização das normas contábeis nacionais com os padrões internacionais de contabilidade, para neutralizar os efeitos tributários e remover a insegurança jurídica.

~~\* Lei 11.941/2009, Art. 15. — Fica instituído o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 desta Lei. (Revogado pela Lei 12.973/2014)~~

e) por economia processual, foi proposto que os autos de infração e as notificações de lançamento formalizados em decorrência de fiscalização relacionada ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional pudessem constar de lançamento único para todos os tributos por eles abrangidos.

**\* Lei 11.941/2009, Art. 25. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 9º, § 5º Os autos de infração e as notificações de lançamento de que trata o caput deste artigo, formalizados em decorrência de fiscalização relacionada a regime especial unificado de arrecadação de tributos, poderão conter lançamento único para todos os tributos por eles abrangidos.**

25. Segundo a Lei n. 10.684, de 2006, os débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, poderão ser parcelados em até \_\_\_\_\_ prestações mensais e sucessivas. Para fazer jus ao parcelamento,

---

Indique a opção que contém as palavras que preenchem de forma correta as lacunas acima.



Lei 10.684/2003 (PAES), Art. 1º Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, poderão ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas.

§2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

a) 6o

os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável

b) 12o

os débitos ainda não constituídos devem ser objeto de prévia constituição, a requerimento do sujeito passivo

c) 18o

os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável

d) 180

os débitos que não tiverem sido lançados deverão ser objeto de procedimento sumário para sua constituição

e) 120

os débitos não constituídos devem ser objeto de prévia constituição, e não poderão integrar o montante parcelado

## ESAF – PFN 2007

21. Responda às questões abaixo, com Sim ou Não. Em seguida, indique a opção que contenha a sequência correta.

1º O parcelamento especial, em até 180 meses, depende de arrolamento de bens ou apresentação de garantias?

Lei 10.684/2003 (PAES), Art. 1º Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, poderão ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas.

Art. 4º O parcelamento a que se refere o art. 1º: V – independência de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal.

2º A inclusão do nome no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados) depende de prévia comunicação (direta ou indireta) ao devedor?

**\* Lei 10.522/2002, Art. 2º, § 2º A inclusão no Cadin far-se-á 75 (setenta e cinco) dias após a comunicação ao devedor da existência do débito passível de inscrição naquele Cadastro, fornecendo-se todas as informações pertinentes ao débito.**

3º A formalização da exigência tributária, feita por servidor de jurisdição diversa da do domicílio tributário do sujeito passivo é nula por incompetência do agente?

Decreto 70.235/72, art. 9º Art. 9º A exigência do crédito tributário e a aplicação de penalidade isolada serão formalizados em autos de infração ou notificações de lançamento...

§ 2º Os procedimentos de que tratam este artigo e o art. 7º, serão válidos, mesmo que formalizados por servidor competente de jurisdição diversa da do domicílio tributário do sujeito passivo.

- a) Sim, Sim, Sim
- b) Não, Não, Não
- c) Sim, Não, Sim
- d) Sim, Sim, Não
- e) Não, **Sim**, Não



## ESAF – PFN 2007

24. Com a Lei n. 9.964, de 2000, criou-se o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos \_\_\_\_1\_\_\_\_, relativos a \_\_\_\_2\_\_\_\_, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, \_\_\_\_3\_\_\_\_.

Assinale a opção que contenha as expressões que preencham corretamente, na ordem indicada, as lacunas acima.

Lei n. 9.964/2000, Art. 1º É instituído o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

24. Com a Lei n. 9.964, de 2000, criou-se o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos \_\_\_\_1\_\_\_\_, relativos a \_\_\_\_2\_\_\_\_, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, \_\_\_\_3\_\_\_\_.

a) 1 de sujeitos passivos de qualquer natureza

2 tributos e contribuições administrados pela “Receita Federal do Brasil”

3 desde que inscritos em dívida ativa, ainda que não-ajuizados

24. Com a Lei n. 9.964, de 2000, criou-se o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos \_\_\_\_1\_\_\_\_, relativos a \_\_\_\_2\_\_\_\_, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, \_\_\_\_3\_\_\_\_.

b) 1 de pessoas naturais

2 tributos e contribuições administrados pela “Receita Federal do Brasil”

3 desde que constituídos àquela data

24. Com a Lei n. 9.964, de 2000, criou-se o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos \_\_\_\_1\_\_\_\_, relativos a \_\_\_\_2\_\_\_\_, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, \_\_\_\_3\_\_\_\_.

c) 1 de pessoas jurídicas

2 quaisquer receitas públicas, inclusive de natureza patrimonial

3 desde que inscritos em dívida ativa, ainda que não-ajuizados

24. Com a Lei n. 9.964, de 2000, criou-se o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos \_\_\_\_1\_\_\_\_, relativos a \_\_\_\_2\_\_\_\_, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, \_\_\_\_3\_\_\_\_.

d) 1 de **pessoas físicas** e jurídicas

2 tributos e contribuições administrados pela “Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS”

3 constituídos ou não, **desde que não tenham sua exigibilidade suspensa em decorrência de decisão judicial**

24. Com a Lei n. 9.964, de 2000, criou-se o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos \_\_\_\_1\_\_\_\_, relativos a \_\_\_\_2\_\_\_\_, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, \_\_\_\_3\_\_\_\_.

**e) 1 de pessoas jurídicas**

**2 tributos e contribuições administrados pela “Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS”**

**3 constituídos ou não**

## ESAF – PFN 2006

18. Leia a assertiva a seguir e assinale, adiante, a opção que a completa corretamente.

Em programas de parcelamento amplos como o Refis, o Paes etc., tem sido comum o legislador condicionar a fruição de benefícios como diminuição de multa juros à desistência de ação judicial eventualmente em curso contra a cobrança do tributo passível de parcelamento.

Essa exigência



a) tem sido majoritariamente afastada pelos tribunais, que a entendem inconstitucional, por violar o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário.

b) ainda é objeto de grave controvérsia nos tribunais superiores sobre o assunto.

c) predomina como legítima nos tribunais, vez que é opção do devedor desistir da ação e aderir ao programa, a cuja adesão é facultativa. [STJ, 1ª Sessão, Embargos de Divergência 727976/PR]

d) **não** tem sido objeto de irresignação pelos devedores.

e) tem sido sistematicamente julgada **inconstitucional** pelo STF.

